

Relatório Semestral da Atividade da Comissão Especializada Permanente

Transportes e Mobilidade

6.ª Comissão

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no segundo semestre do ano 2023.

Assim,

Na reunião realizada aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, os deputados municipais definiram o plano de trabalho para o segundo semestre.

Conforme consta na n.º 15/XIII-2.º/2021-2025, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, foi efetuada o balanço sobre os meses decorridos da implementação da rede rodoviária, nas quais foram consideradas as correções, alterações, reposição de carreiras e a normalização da rede.

Foram identificadas necessidades de melhoria, bem como referidas algumas dificuldades sentidas na relação com o operador e a importância de articulação com os Municípios.

A falta de abrigos de passageiros foi referida pelos deputados municipais, estando a sua colocação dependente de um concurso.

Outro aspeto que está a dificultar a implementação da rede, prende-se com a contratação de motoristas.

Foi referido o esforço que está a ser desenvolvido para a articulação de horários com outras operadoras de transporte para garantir a intermodalidade que o passe único agora possibilita. Melhorando por essa via a mobilidade dos utentes.

Conforme consta na ata n.º 16/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nas instalações do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), foram abordadas as necessidades de melhorar em matéria de planeamento na área da mobilidade e transportes na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e da relação entre os Municípios na conceção de uma visão estratégica que olhe para o vasto território, a norte e a sul, nas múltiplas interligações entre margens.

Foram apresentadas as diversas funções do IMT ao nível dos contratos de concessão, regulamento de gestão de vias, licenciamento de serviços de transportes públicos, pareceres aos Planos Diretores Municipais (PDM) e planos de mobilidade.

Ainda nesta reunião foi salientada a necessidade da construção de uma terceira travessia rodoferroviária, sendo o corredor Barreiro-Chelas o mais referenciado.

Conforme consta na ata n.º 17/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Transtejo (TT), o Conselho de Administração da TT apresentou o plano em curso no investimento na nova frota para o transporte fluvial de passageiros com baterias elétricas e da possibilidade de fusão das empresas TT e Soflusa.

A administração assume a dificuldade na contratação de recursos humanos, mas que está a desencadear todas as ações possíveis para reforçar os seus quadros de pessoal.

A TT antecipou a vinda de um navio para iniciar a formação da tripulação e efetuar os primeiros ensaios de navegabilidade dos novos equipamentos no rio Tejo, estando em curso as instalações dos postos de carregamento.

Os deputados municipais lamentaram a demora de todo este processo, que em parte compreendem, mas defendem a importância das várias ligações fluviais entre a margem sul e a norte, pelo que desejam que esta situação seja melhorada no curto espaço de tempo.

Conforme consta na ata n.º 18/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com a Lusoponte.

Os administradores referiram a eventual construção da Terceira Travessia do Tejo (TTT) corredor Barreiro-Chelas, embora considerem o túnel Trafaria- Algés a travessia com maior interesse, na qual se inclua a solução ferroviária (metro ligeiro).

Os deputados municipais referiram a necessidade da diminuição dos custos de passagem ou abolição das portagens na Ponte 25 de Abril.

Referiram, ainda, que a travessia Barreiro-Chelas deve ter em conta o traçado para receber a ferrovia de forma articulada com o futuro aeroporto.

Quanto ao alargamento do IC 20, foi referido que não trará alterações significativas em relação à melhoria de acessibilidade, uma vez que o trânsito que acede à ponte 25 de Abril provinda de outras locais é o mesmo, pelo que haverá sempre concentração de veículos nos acessos/nós.

Conforme consta na ata n.º 19/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com a Comissão de Trabalhadores da Transtejo.

Nesta reunião foram abordadas matérias relativas à nova frota de dez novos barcos elétricos, a relação dos trabalhadores com a empresa e o seu envolvimento em todo este processo e as necessidades de investimento em recursos humanos para a eficácia de funcionamento da empresa na prestação do serviço de transporte fluvial.

Os deputados municipais manifestaram as suas preocupações relativamente a todo este processo que tem vindo a ser anunciado pelas várias administrações da Transtejo (TT) sem resultados visíveis na melhoria do serviço, evidenciadas pela supressão de carreiras nas ligações fluviais que devem ser garantidas pela empresa para responder às necessidades das populações que precisam deste serviço de transporte.

Os representantes dos trabalhadores da TT informaram que a empresa anunciou a contratação de duzentos e setenta trabalhadores num plano a três anos e que estão garantidas apenas duas tripulações para os novos navios elétricos.

Consideraram, ainda, algumas das dúvidas que têm relativamente à eficácia de resposta destes novos equipamentos de transporte de passageiros e estão preocupados com problemas que possam surgir na manutenção dos mesmos. Em sua opinião deve ter de funcionar, alternadamente, um sistema híbrido que envolva os novos equipamentos e os que atualmente se encontram em funcionamento.

Outro aspeto que está a preocupar os trabalhadores, para além da falta de recursos humanos, são a falta de instalações para carregamento em número necessário para garantir a funcionalidade dos novos equipamentos.

Conforme consta na ata n.º 20/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca.

Nesta reunião foram abordadas matérias em relação à nova frota de dez novos barcos elétricos, o envolvimento dos trabalhadores em todo este processo e as necessidades de investimento em recursos humanos por parte da empresa Transtejo.

Os deputados municipais, tal como fizeram na reunião anterior sobre o mesmo assunto, manifestaram as suas preocupações relativamente a todo este processo que tem vindo a ser anunciado pelas várias administrações da Transtejo (TT) sem resultados visíveis na melhoria do serviço, evidenciadas pela supressão de carreiras nas ligações fluviais que devem ser garantidas pela empresa para responder às necessidades das populações que precisam deste serviço de transporte.

Os representantes do Sindicato informaram que a empresa tem vindo progressivamente a anunciar algumas medidas, mas ainda sem grandes resultados que evidenciem as melhorias pretendidas quer para os trabalhadores, quer para a prestação do serviço que ainda se suporta nos antigos equipamentos que vão resistindo.

Manifestaram algumas das dúvidas que têm relativamente à eficácia de resposta destes novos equipamentos de transporte de passageiros e lamentam não terem sido envolvidos neste processo, pois o seu conhecimento poderia evitar eventuais dificuldades que os equipamentos elétricos podem trazer na operacionalidade das carreiras de serviço público do transporte fluvial.

Conforme consta na ata n.º 21/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, reuniu com a Comissão de Trabalhadores da Soflusa.

Os deputados municipais solicitaram informações à estrutura representativa dos trabalhadores informações sobre a anunciada fusão das empresas Transtejo e Soflusa, sobre a qual ainda se desconhece o plano para a sua concretização; e qual o seu parecer relativamente aos novos navios elétricos.

A comissão de trabalhadores informou que não está a ser envolvida no eventual processo de fusão das empresas, mas que em auscultação interna aos trabalhadores da Soflusa, foi considerado não ser a melhor solução, pois são empresas distintas na sua dinâmica de operacionalidade, o que não vem em melhoria dos resultados da prestação de serviço.

Quanto à opção de equipar os novos navios com baterias elétricas, lamentam o seu não envolvimento no processo, pois esta opção, tendo em conta as características do rio Tejo não foi a escolha mais acertada, para além de terem muitas dúvidas na melhoria que esta opção pode trazer do ponto de vista ambiental.

Conforme consta na ata n.º 22/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Manuel Cabanas, na Biblioteca Municipal do Barreiro, reuniu com a 5.ª e 6.ª Comissão da Assembleia Municipal do Barreiro, para abordar assuntos sobre mobilidade e transportes inter-concelhos e a terceira travessia sobre o Tejo Barreiro-Chelas.

Nesta reunião foram enquadradas as linhas de trabalho comum no desenvolvimento de um planeamento na área dos transportes e mobilidade que envolvam as diversas potencialidades no investimento no transporte rodoviário, fluvial, extensão do metro ligeiro de superfície, novas travessias rodoferroviárias e rede viária, particularmente na A33 e o seu eixo de ligação no futuro anel Algés-Trafaria-Barreiro-Chelas e o novo aeroporto.

Foi consensualizado entre os deputados dos dois Municípios que é necessária uma visão integrada para a Península de Setúbal, considerando o futuro e os sinais que a nova demografia nos apontam para o desenvolvimento da Região de Setúbal dentro da Área Metropolitana de Lisboa

Conforme consta na ata n.º 23/XIII-2.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Almada, 15 de fevereiro de 2023

O Presidente da Comissão

Luís Filipe Almeida Palma